

Saneamento básico no Amazonas recebe R\$ 13,2 milhões - 16-janeiro-2001

Local: Amazonas

Fonte: **Gazeta Mercantil Amazonas**

Link: <http://www.gazetamercantildf.com.br/am/>

O Ministério da Saúde (MS) destinou ao Amazonas no final do ano passado recursos que somam R\$ 13,2 milhões para serem aplicados em programas na área de abastecimento de água e esgoto sanitário. Desse total, R\$ 5,3 milhões estão destinados para Manaus, município que terá maior montante entre os 32 beneficiados no Estado. A capital deverá receber R\$ 330 mil para o tratamento de resíduos sólidos domiciliares e os outros R\$ 5 milhões para a drenagem de igarapés.

Na divisão por área, serão R\$ 2,7 milhões para aplicação em projetos de sistemas de abastecimento de água, R\$ 2,2 milhões para esgoto sanitário e R\$ 2,4 milhões para melhorias sanitárias domiciliares. Também estão liberados R\$ 5,6 milhões para drenagem dos igarapés e R\$ 330 mil para o tratamento de resíduos sólidos.

A verba é a maior que o Amazonas recebeu até agora para o setor e faz parte de repasses periódicos feitos aos Estados pelo ministério. Os municípios contemplados foram previamente selecionados por técnicos da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) de acordo com suas carências em infra-estrutura básica. A indicação do órgão rendeu a liberação dos recursos, mas para ter acesso a eles as prefeituras listadas deverão apresentar projetos à fundação, que os remete ao MS.

Os outros dois municípios na ordem de volume de recursos são Presidente Figueiredo (a 107 quilômetros de Manaus) e Carauari (distante 702 quilômetros da capital), com R\$ 1,3 milhão e R\$ 1,1 milhão, respectivamente. A maior parte desse valor, mais de R\$ 1 milhão em ambos os casos, está destinada para a canalização sanitária, uma carência generalizada tanto no interior quanto em Manaus, cujos programas requerem mais recursos do que os demais para serem executados.

A remessa do montante em nome das prefeituras que passaram pelo crivo dos técnicos do órgão, porém, não é garantia de que a quantia seja realmente destinada ao município. "A liberação dos recursos depende basicamente da elaboração de projetos bem estruturados e coerentes", justificou o coordenador substituto da Funasa do Amazonas, Emanuel Oliveira Figueiredo, complementando que o ministério não estipula prazos para que os planos de obras sejam apresentados. A fiscalização das obras também fica sob a responsabilidade do órgão.

Sem a apresentação de projeto com viabilidade técnica de execução, porém, o município perde o direito à verba, que deverá ser repassada para outro. Segundo Figueiredo, a maior dificuldade no Estado é a falta de estrutura de prefeituras de municípios pequenos, que às vezes não têm sequer uma secretaria de saúde devidamente constituída, o que poderá dificultar a obtenção dos valores disponibilizados. Conforme ele, a quantia reservada para o sistema de abastecimento deverá ser aplicada basicamente na construção de caixas d'água, perfuração de poços e rede de distribuição, enquanto o total destinado para melhorias sanitárias domiciliares deverá originar as casinhas para as necessidades fisiológicas, planejadas de modo que os dejetos não contaminem o solo.

Único município do Estado a receber verba para tratar resíduos sólidos, Manaus deverá aplicar os R\$ 330 mil correspondentes na correta armazenagem e destinação de materiais orgânicos e inorgânicos, de acordo com sua capacidade de decomposição. A capital está incluída na relação dos cinco municípios cujas prefeituras poderão obter recursos para a drenagem dos igarapés e tem nesta uma de suas principais fontes de recursos vindas do MS na distribuição feita no ano passado. O coordenador substituto da Funasa acredita que a contenção dos arroios que cortam a cidade deverá seguir o padrão de muro de gabião já adotado pela prefeitura. "A drenagem também tem a finalidade de evitar que as águas dos igarapés sirvam de meio para a propagação de doenças como a malária e a dengue", assinalou Figueiredo.

Empresa prepara plano para esgoto

A Águas do Amazonas vai destinar ao tratamento de esgoto pelo menos 60% dos R\$ 400 milhões previstos no contrato com o governo do Estado para investimentos nos próximos 30 anos. O percentual foi apontado pelo diretor Cesar Seara Júnior e sua aplicação deverá estar definida até 4 de julho, quando a empresa estará completando seu primeiro aniversário à frente da distribuição de água em Manaus.

Até lá, assegura Seara, estará concluído o Plano Diretor de Esgoto, que vai detalhar que região da cidade será a primeira a ter os dejetos canalizados. Os números difundidos desde que a empresa assumiu o serviço, antes oferecido pela Companhia de Saneamento do Amazonas (Cosama), apontam 11% da população cujas residências estariam ligadas ao sistema de esgoto já instalado na cidade. Seara afirma que essa proporção é fictícia e que o total atendido com o recolhimento dos detritos não passa de 4%. "São 11 mil residências ligadas ao sistema de recolhimento hoje existente", assegurou.

O plano de ação preparado pela empresa vai detalhar o que foi acordado com o Estado em julho passado. Rege o contrato firmado entre as partes que até 2006, 31% da população de Manaus deverá ter o esgoto canalizado e tratado. Está previsto no acordo que esse percentual deverá crescer até chegar nos 90% em 2021, mantendo-se assim até 2030, final do contrato.

Segundo Seara, a relação que estabelece o custo da coleta de esgoto como 80% daquele gasto com a distribuição de água é infundada. "Os gastos para a canalização e tratamento dos dejetos são muito maiores do que os necessários para a instalação de uma rede de água", assegurou o diretor.

O plano que está sendo preparado pela empresa trará uma análise sobre os impactos ambientais que o total despejado no rio Negro está causando e as possibilidades de soluções. "Vamos comparar as alternativas antes de definir qual o sistema de tratamento a ser adotado", disse, justificando que a empresa vai adotar aquele cujos custos operacionais poderão ser assumidos pela comunidade.

Combate à malária

Os recursos que estão sendo repassados ao Amazonas para o saneamento básico são reforços nas ações de contenção da malária e dengue, considerou Emanuel Figueiredo. Conforme ele, o Ministério da Saúde destinou R\$ 18 milhões para o combate da malária no Amazonas em 2000 e outros R\$ 14,7 milhões foram repassados através do Plano de Intensificação do Controle da Malária.

Com essa injeção, o Estado conseguiu reduzir em 41,8% a incidência da doença, baixando o número de casos para 97,5 mil no ano passado, contra 167,7 mil registrados em 1999.

Os resultados obtidos no combate à dengue nos últimos 12 meses também são comemorados pela Funasa do Amazonas. Os registros do órgão mostram que houve um decréscimo de 9,6 mil para 5,6 mil casos na comparação entre os dois últimos anos. "A destinação correta dos resíduos sólidos, por exemplo, pode ser uma forma de se reduzir os casos da doença", destacou Figueiredo, lembrando que o mosquito causador do mal também se prolifera nas águas depositadas ao relento em recipientes de vidro ou plástico.

Rosane Amadori
ramadori@gazetamercantil.com.br